



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Comissão de Pregão I

PROCESSO Nº 7249

PÁGINA 1

Folhas Nº 2 Rubrica

Processo: 07249/2020

Impugnante: NOBELA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP

Ref.: Pregão 0020/2020 – Processo nº 12784/2018

OBJETO: Aquisição de AMBULÂNCIAS, para atender às necessidades da SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA.

I - RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **NOBELA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP** em 05 de maio de 2020 acerca do Edital do Pregão Presencial n. 20/2020, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de ambulâncias para atender as necessidades da Subsecretaria de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nova Friburgo.

Em sínteses, alega a impugnante que o item 4.1.4 do edital limita o certame à participação do produtor (fabricante) ou concessionário (distribuidor), na forma da Lei 6729/79, ferindo a ampla competitividade, como também os princípios da moralidade e impessoalidade, basilares do processo licitatório.

Com isso, ao final de sua impugnação postula a revogação do subitem 4.1.4 do referido edital, bem como a remarcação do certame.

Esse é o resumo dos fatos.

II – FUNDAMENTOS

A) DA ADMISSIBILIDADE

Por uma simples análise da presente impugnação, verifica-se que a mesma foi protocolada com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, em conformidade com o art. 41 § 2º da Lei 8.666/93, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

B) DO MÉRITO

Conforme entendimento da Controladoria Geral da União, a definição de veículo novo é adotada pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97), devendo ser pautada pela Lei Ferrari (Lei n. 6729/79), senão vejamos:

"Art. 120. Todo veículo Automotor, elétrico, articulado, reboque ou semirreboque, deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no Município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da Lei."

"Deliberação CONTRAN nº 64, de 24 de maio de 2008: Anexo 2.12 - "VEÍCULO NOVO". - veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiro, reboque e semirreboque, antes do seu registro e licenciamento."

"No Ofício nº 0293/2011/ GRCV/RENAVAM/DT/AME, de 02 de junho de 2011, informa que veículo novo (zero quilometro) é aquele adquirido através de fabricante/montadora, concessionária ou revendedor autorizado, sujeito as regras impostas pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB".



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Comissão de Pregão I

PROCESSO Nº	2249
DATA	1/1
Nº 22	Rubrica

Sendo assim, como a venda de veículo novo somente pode ser efetuada por concessionário ou fábrica, nos moldes do art. 120, do CTB, e, adquirente possui a obrigatoriedade de emplacamento e registro do veículo perante os órgãos responsáveis, pode-se concluir que o

veículo adquirido de concessionária para ser revendido, deve anteriormente ter sido licenciado pela empresa revendedora, para somente assim ser transferido ao consumidor final, o veículo em questão perderá a sua essência de **veículo novo**.

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no processo TCE-RJ nº 207.413-7/19, enfrentou a questão, acolhendo a análise elaborada pelo Corpo Técnico, com fundamento no disposto no Anexo da Deliberação n 64/2008 do Contran c/c a Lei Federal n. 6729/79, bem como no entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), tendo concluído que a Lei Ferrari, ao disciplinar a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos, **veda a venda de veículos novos para revendas**, vejamos a seguir:

"Inicialmente **cabe destacarmos que o objeto da licitação visa aquisição de veículos novos, do tipo zero km. O conceito de veículos novos se encontra disciplinado no anexo da Resolução do CONTRAN nº 290, de 2008, sendo aqueles sujeitos ao primeiro emplacamento. Deste modo, o veículo passa a ser usado a partir do momento em que é registrado e licenciado para circulação.**

De acordo com o esclarecimento prestado pela Prefeitura, a nota fiscal deverá ser emitida em seu nome, o que só é possível se o licitante vendedor for o fabricante e/ou concessionária.

De fato, a Lei 6.729/79, conhecida como "Lei Ferrari", ao disciplinar a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos veda a venda de veículos novos para revendas, sendo ser público alvo apenas o consumidor final, conforme segue:

"Art. 12. O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda."

Desta forma, **caso a Administração permita a participação de revendas não detentoras de concessão comercial das produtoras, a Administração não seria a consumidora final, fugindo da definição de veículo novo.**"

O Tribunal de Contas da União (TCU) também enfrentou a questão por meio do Acórdão 1630/2017-TCU-Plenário, fundamentado na análise da unidade técnica nos autos do Processo TC 009.373/2017 - que diligenciou o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) com vistas ao saneamento das questões atinentes à conceituação de veículos "novos" e "0 (zero) km" -, tendo concluído no sentido de que o primeiro emplacamento somente pode se dar quando da aquisição de veículo junto ao fabricante ou lojas de revenda formalmente credenciadas pelos fabricante, vejamos:

"36. O Contran, por sua vez, em resposta à diligência solicitada (peça 34), encaminhou Ofício 2.134/2017, datado de 5/7/2017, informando:

a) nos casos em que há aquisição de veículo "zero quilômetro" é necessário o emplacamento do veículo por parte da revenda não autorizada (em seu nome, com posterior transferência) ou o veículo terá seu primeiro registro nos órgãos de trânsito em nome da Administração Pública?

Resposta: O veículo deverá ser registrado em nome da pessoa jurídica que consta da nota fiscal emitida pela fabricante/concessionária do veículo. **Assim, esclarecendo que o veículo deverá ser emplacado e registrado pela revenda não autorizada junto ao órgão executivo de trânsito.**



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Comissão de Pregão I

PROCESSO Nº	7249
DATA	/ /
Assinatura	
Rubrica	

b) o veículo "zero quilômetro" adquirido de revenda não autorizada poderia ser considerado como "de segundo dono"?

Resposta: **Sim.**

(...)

37. Diante dos esclarecimentos encaminhados pelo Contran, e resgatando a análise efetuada na instrução anterior (peça 30), replicada nos itens 9-21 desta instrução, resta elucidada o cerne da questão, qual seja, saber se há necessidade de emplacamento por parte dos revendedores independentes. De acordo com o Contran, os veículo, objetos do certame, deverão ser emplacados e registrados pela revenda não autorizada junto ao órgão executivo de trânsito.

38. Dessa forma, **os argumentos apresentados pelo Senac/SP possuem razoabilidade, no que concerne à impossibilidade de revenda não autorizada de veículos novos, pela prevalência da Lei 6.729/1979 (Lei Ferrari), posto que, segundo seus art. 1º e 2º, veículos novos somente podem ser comercializados pelo produtor (fabricante) ou por concessionário (distribuidor).**

39. Também se deve considerar consonante com a Lei, pois devidamente ratificados pelo Contran, que as empresas comerciante de veículos ficariam caracterizadas como consumidores finais, uma vez que, por não serem concessionárias autorizadas, nem fabricante, seriam obrigadas a registrar, licenciar e emplacar os veículos obtidos de fábricas / concessionárias autorizadas.

40. Diante disso, **de acordo com a Lei Ferrari, uma concessionária não autorizada, se eventualmente vencedora do certame em análise, estaria revendendo veículos seminovos, ou "de segundo dono", mesmo que "zero quilômetro" ao Senac/SP, o que, definitivamente, não é o objeto buscado pela Concorrência 11.2011/2017.**

Portanto, tendo em vista que o objeto do certame é a aquisição de **VEÍCULO NOVO**, não será permitida a participação de revendedores, diante da impossibilidade de revenda não autorizada de veículos novos, pela prevalência da Lei 6.729/1979, segundo o qual veículos novos somente podem ser comercializados pelo produtor (fabricante) ou por concessionários (distribuidor).

Sendo assim, também não há que se falar em cerceamento de competitividade nem muito menos em ataque aos princípios da moralidade e da impessoalidade, uma vez que o objeto do certame exige característica específica para atendimento adequado do órgão público, no caso, **veículo novo**. Desse modo, caso determinada empresa não possua meios de fornecer a exigência da Administração Pública, não estará cumprindo as exigências do certame.

III - DECISÃO

Isto posto, conheço da impugnação apresentada pela empresa NOBELA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, para, no mérito, negar-lhe provimento, em razão da fundamentação supra, nos termos da legislação pertinente.

Nova Friburgo/RJ, 06 de maio de 2020.


LUCIANA DE F. S. HECKERT DO AMARAL
Pregoeira / Mat. 200.0021

De acordo com o parecer jurídico.
